

GTA | Guião de Trabalho Autónomo n.º 15

HISTÓRIA A 11.º ANO

Tema 2: O Liberalismo – Ideologia e Revolução, modelos e práticas nos séculos XVIII e XIX

Subtema 1: A implantação do liberalismo em Portugal



PORQUÊ APRENDER SOBRE...?



O QUE VOU APRENDER?



COMO VOU APRENDER?



O QUE APRENDI?



COMO POSSO COMPLEMENTAR A APRENDIZAGEM?



PORQUÊ APRENDER SOBRE...?

No início do século XIX, a Revolução Liberal de 1820 marcou o fim do absolutismo em Portugal. Inspirada pelos ideais iluministas e pelas revoluções americana e francesa, introduziu princípios como a soberania nacional, a separação de poderes e os direitos individuais, dando início à construção de um regime liberal no país.



O QUE VOU APRENDER?

- Reconhecer na Revolução Americana um exemplo fundador das revoluções liberais, pela afirmação dos princípios iluministas.
- Reconhecer na Revolução Francesa um exemplo fundador das revoluções liberais, pela afirmação dos princípios iluministas.
- Reconhecer na Revolução Liberal de 1820 e nas Constituições de 1822 e 1826 a afirmação dos princípios do liberalismo político em Portugal.
- Analisar o contributo da legislação de Mouzinho da Silveira e dos projetos setembrista e cabralista para o novo ordenamento político e socioeconómico de Portugal entre 1834 e 1851.
- Compreender como os ideais liberais estiveram na base dos regimes democráticos contemporâneos.
- Caracterizar o Romantismo.



COMO VOU APRENDER?

GTA 13: Como contribuíram as Revoluções Americana e Francesa para a afirmação dos princípios do liberalismo político no final do século XVIII? (1.ª Parte)

GTA 14: Como contribuíram as Revoluções Americana e Francesa para a afirmação dos princípios do liberalismo político no final do século XVIII? (2.ª Parte)

GTA 15: Como contribuiu a Revolução Liberal de 1820 para a afirmação dos princípios do liberalismo político em Portugal no século XIX?

GTA 16: Como a legislação de Mouzinho da Silveira, o projeto setembrista e o projeto cabralista contribuíram para transformar o ordenamento político e socioeconómico de Portugal no século XIX?

Tema 2: O Liberalismo – Ideologia e Revolução, modelos e práticas nos séculos XVIII e XIX

Subtema 1: A implantação do liberalismo em Portugal



GTA 15: Como contribuiu a Revolução Liberal de 1820 para a afirmação dos princípios do liberalismo político em Portugal no século XIX?

Objetivos:

- Analisar o processo da revolução liberal no contexto das invasões napoleónicas, da saída da família real para o Brasil e da desarticulação do sistema económico-financeiro luso-brasileiro;
- Problematizar a Revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834);
- Interpretar os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição de 1822 e na Carta Constitucional de 1826;

Modalidade de trabalho: individual e/ou em grupo.

Recursos e materiais: caderno diário, manual escolar e equipamento de acesso à *internet*.

TAREFA 1

Consulta no teu manual a informação disponível sobre os antecedentes da Revolução Liberal.

- **Refere** duas consequências da primeira invasão francesa em Portugal.
- **Explica** o domínio político e económico exercido pela Inglaterra sobre Portugal durante a permanência da corte no Brasil.
- **Assinala** a opção correta sobre as consequências das invasões napoleónicas e da saída da corte portuguesa para o Brasil.
 - A. A transferência da corte para o Brasil fortaleceu o controlo português sobre as colónias, mantendo a economia colonial dependente exclusivamente do mercado metropolitano.
 - B. As invasões napoleónicas e a fuga da corte provocaram a desarticulação do sistema económico-financeiro luso-brasileiro, levando ao término do monopólio comercial português (abertura dos portos).
 - C. A saída da corte para o Brasil teve pouco impacto no sistema económico-financeiro, pois a administração colonial permaneceu intacta e a economia continuou exclusivamente ligada a Portugal.
 - D. As invasões napoleónicas foram rapidamente repelidas por Portugal sem necessidade de mudanças políticas ou económicas, mantendo o sistema económico-financeiro tradicional luso-brasileiro.



TAREFA 2

Consulta, no teu manual, a informação sobre a Revolução de 1820.

Debate, em grupo, os antecedentes e as características da Revolução de 1820.

Regista, no caderno, as conclusões a que chegaram .

O porta-voz do teu grupo **partilhará** com os restantes grupos as vossas conclusões.

TAREFA 3

Consulta no teu manual a informação disponível sobre a Constituição de 1822.

Lê o documento 1.

“As mudanças políticas de 1820, na perspetiva de Almeida Garrett (1821)”

Já temos uma Pátria, que o despotismo nos havia roubado [...]. A última hora da tirania soou; [...] o sol da liberdade brilhou no nosso horizonte [...]. Qual era, de entre nós, que se não pudesse chamar oprimido? [...] Qual é o português que não folgará com a liberdade? [...] Escravos ontem, hoje livres; ontem autómatos da tirania, hoje homens; ontem miseráveis colonos, hoje cidadãos [...]. Haverá ainda homens tão desprezíveis que, esquecidos de que são cidadãos, de que são portugueses, ousem duvidar da legitimidade com que a parte mais ilustrada desta cidade [do Porto] clamou por uma Constituição política, reuniu as suas forças para fim tão glorioso, e trata de convocar as Cortes, e promover assim um governo representativo, segurar a majestade do povo, a liberdade da Nação, os direitos do trono, a santidade da religião, e o império das leis [...].

Empreendo pois (e hei de prová-lo) demonstrar a legitimidade com que o Conselho Militar de 24 de Agosto, convocando Senado, Povo e Autoridades Públicas desta cidade, erigiu a Junta Provisional do Governo Supremo, para que, representando a Nação, e a majestade dela, convocasse as Cortes, para a organização de uma Constituição política da monarquia portuguesa. E quantos meios tinha eu de provar a minha opinião! Descrever os males que sofríamos, o cativeiro em que jazíamos, o desprezo, a insolência com que a corte do Rio de Janeiro [...] nos oprimia [...] e nos preparava a nossa morte política? Dizer o atrevimento, a barbaridade com que os mais [...] ambiciosos homens forçavam o nosso Soberano a faltar à palavra que nos dera de voltar para Portugal? Apresentar os meios indiretos com que arruinavam o nosso comércio, destruíam as nossas fábricas, menosprezavam a nossa agricultura? Enumerar as [...] insuficiências de um governo que, sem fazer um só bem, tantos males causou à desgraçada Pátria? Resgatar a memória [...] de Gomes Freire de Andrade e dos outros mártires da Pátria e da liberdade? Fazer ver que a mudança de governo [...] estava nas mãos da Nação? Invocar argumentos, apontar a autoridade de Rousseau [...] e de Condorcet? De tudo me valerei para tornar claro aos olhos dos portugueses [...] uma obra que deve ser pública, que é de todos e para todos, e destinada a instruir um Povo Rei nos seus direitos, nas suas obrigações.

Almeida Garrett, «Já Temos uma Pátria, que nos havia roubado o despotismo», in *Antologia do Pensamento Político Português / 1 – Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*, Porto, Editorial Inova, 1970, pp. 59-61 (adaptado).



- **Explicita** dois princípios do liberalismo, presentes no documento 1, que viriam a ser consagrados na Constituição de 1822. **Fundamenta** a tua resposta com excertos do documento 1.

TAREFA 4

Consulta no teu manual a informação disponível sobre as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834).

Lê o documento 2.

“O confronto entre liberais e absolutistas – perspetiva de um exilado em Londres (1828)”

Os absolutistas pretendem despojar Portugal das instituições que o Senhor D. Pedro IV, seu legítimo monarca, lhe outorgara [...]. Em junho de 1826, com a Carta Constitucional, começou a divergência de opiniões. O governo [...], como a opinião pública se manifestasse, foi forçado a publicá-la, mas ao mesmo tempo começou-se a maquirar contra ela e contra o monarca [...]. Então começou a ouvir-se o nome do Infante D. Miguel, a insinuar-se que ele era o legítimo rei de Portugal [...]. Girou dinheiro, seduziu-se parte do exército, armou-se a rebelião. [...] Chegou por fim o Infante Regente, e então respiraram os absolutistas, que [...] ocuparam os primeiros cargos e depuseram todos os homens afetos à causa de D. Pedro [...]. Foi dissolvida a Câmara dos Deputados, [...] sem causa justificada [...]. E o governo representativo, de facto, deixou de existir em Portugal. [...] As câmaras municipais foram instruídas a dirigir representações ao Regente, em que deviam pedir que se declarasse rei absoluto e abolisse a Carta [...]. A única lei fundamental da monarquia portuguesa é a Carta Constitucional, e toda a legislação antecedente que a contrarie se acha abolida. [...] D. Pedro, que é filho de um rei português, que nasceu em Portugal e que reina num Estado que fez parte da monarquia portuguesa, não pode ser julgado estrangeiro. [...]

A guerra do Brasil e a sua revolução são outro argumento que os inimigos da liberdade produzem para demonstrar que D. Pedro não pode ser rei de Portugal [...]. A revolução comunicou-se como um incêndio de Portugal ao Brasil, que sendo uma colônia adulta, estava disposta para a independência. Longe está que D. Pedro a promovesse [...].

D. Miguel promete ressuscitar o sistema em que o absolutismo pode medrar e oprimir os povos em seu nome. [...] Sendo a Carta Constitucional estabelecida por D. Pedro, legítimo rei de Portugal, só por ele ou por Deus pode a mesma ser revogada, e nunca por D. Miguel, que jurou cumpri-la e guardá-la como seu primeiro súbdito. [...] Uma parte dos absolutistas acha que o barulho da plebe e as deliberações das câmaras bastam para destronar D. Pedro; outra parte julga necessária a convocação das Cortes à maneira antiga. [...] Ora, sendo essas Cortes ilegais, todas as suas decisões serão igualmente nulas e não podem aproveitar ao partido usurpador.

Anónimo [português residente em Londres], *Quem He o Legitimo Rey de Portugal? – Questão Portuguesa, submettida ao juizo dos homens imparciaes*, Londres, Officina Portuguesa, 1828, (adaptado)



- **Seleciona** a opção que melhor traduz a perspetiva do autor do documento 2 sobre o conflito político vivido em Portugal em 1828.
 - A. O autor defende a legitimidade do trono por parte de D. Miguel, sublinhando a vontade popular expressa pelas câmaras municipais.
 - B. O autor reconhece a necessidade de restaurar o absolutismo para garantir a estabilidade política e a ordem social em Portugal.
 - C. O autor condena o afastamento da Carta Constitucional e denuncia as ações dos absolutistas como uma usurpação do poder legítimo.
 - D. O autor considera a Carta Constitucional um documento obsoleto, defendendo a sua substituição por um novo sistema representativo.

- **Relaciona** o documento 2 com o contexto da guerra civil portuguesa (1828–1834), explicando de que forma a Carta Constitucional de 1826 esteve na origem do conflito entre liberais e absolutistas.

TAREFA 5

Consulta no teu manual a informação disponível sobre a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826.

- **Regista**, no caderno, as conclusões a que chegaste e **compara** os dois documentos, identificando semelhanças e diferenças.

Confronta as conclusões a que chegaste com as dos teus colegas.



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

TAREFA 1

- Tópicos possíveis de resposta:
 - Invasão de Portugal pelas tropas napoleónicas (1.ª Invasão Francesa, 1807).
 - Ida da família real para o Brasil;
 - Fuga da corte portuguesa para o Brasil;
 - Ocupação de território português pelas tropas francesas;
 - Intervenção militar britânica em Portugal;
 - Colapso do comércio externo com a Europa continental;
 - Aumento da dependência económica de Portugal em relação à Inglaterra;
 - Dificuldades no abastecimento de bens e produtos;
 - Danos provocados pela guerra e ocupações militares;
 - Transferência de recursos económicos e políticos para o Brasil;
 - Instabilidade política causada pela ausência da corte e da soberania.

- Durante a permanência da família real no Brasil, Portugal ficou politicamente subordinado à Inglaterra. O governo da metrópole foi controlado por William Beresford, comandante das tropas britânicas, que assumiu um papel dominante na administração e organização do exército português. A nível económico, a dependência de Portugal em relação ao Reino Unido intensificou-se devido à assinatura de tratados comerciais, como o de 1810, que favoreciam os produtos britânicos, dificultando o desenvolvimento da economia portuguesa e aumentando o défice da balança comercial. Esta situação contribuiu para o descontentamento das burguesia e da população, e está na base do processo revolucionário de 1820.
- B

TAREFA 2

- Tópicos possíveis de resposta:
 - Causas da Revolução de 1820: ausência prolongada do rei D. João VI e da corte portuguesa (residentes no Brasil desde 1808) gerava vácuo de poder em Portugal; domínio político e militar inglês em território português, nomeadamente através do marechal Beresford, o que provocava ressentimento nacional; crise económica e financeira grave devido à desarticulação do sistema económico luso-brasileiro, à quebra das ligações com o Brasil e à dependência da Inglaterra;
 - Formação do Sinédrio (associação secreta, fundada no Porto em 1808, com o objetivo de preparar e promover a independência de Portugal face à ocupação francesa e ao crescente domínio britânico);
 - Tratados de 1810 com a Inglaterra, que impunham o livre comércio britânico em Portugal e prejudicavam a economia nacional; descontentamento da burguesia, que exigia reformas políticas e económicas; influência das ideias do Iluminismo e da Revolução Francesa;



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

- Papel das Cortes Constituintes: convocadas na sequência da Revolução Liberal (agosto de 1820); representavam o esforço político de reorganizar o país com base nos princípios liberais; elaboraram e aprovaram a Constituição de 1822, a primeira constituição portuguesa de inspiração liberal; afirmação da soberania nacional, com o poder delegado na nação e não no rei; definição dos direitos fundamentais do cidadão e da separação de poderes (legislativo, executivo e judicial); limitar o poder régio e colocar fim ao absolutismo e aos privilégios.
- Características do Vintismo (1820–1823): período dominado pelas ideias liberais promovidas pelas Cortes Constituintes; monarquia constitucional, com o rei sujeito à constituição; instituição do sufrágio censitário e exclusão das mulheres da participação política; extinção de privilégios senhoriais, ordens religiosas e morgadios; tentativa de reorganização da administração pública e do exército; liberdade de imprensa e defesa da educação pública; resistência do clero, da nobreza e dos absolutistas, levando à instabilidade política; fim do período com a Vilafrancada (1823), movimento contrarrevolucionário liderado por D. Miguel, com o objetivo de repor o absolutismo.

TAREFA 3

➤ Tópicos possíveis de resposta:

- Direitos naturais do homem: “Escravos ontem, hoje livres; ontem autómatos da tirania, hoje homens; ontem miseráveis colonos, hoje cidadãos”, “Haverá ainda homens tão desprezíveis que, esquecidos de que são cidadãos, de que são portugueses”.
- Soberania nacional: “promover assim um governo representativo, segurar a majestade do povo, a liberdade da Nação, os direitos do trono (...)”.
- Separação dos poderes, “(...) representando a Nação, e a majestade dela, convocasse as Cortes, para a organização de uma Constituição política da monarquia portuguesa”.

TAREFA 4

➤ C

➤ Tópicos possíveis de resposta:

- A Carta Constitucional de 1826 foi concedida por D. Pedro IV como base legal para um regime liberal em Portugal;
- Os absolutistas rejeitaram a Carta por considerarem que ela limitava o poder real e ameaçava a ordem tradicional;



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

- D. Miguel, inicialmente nomeado regente, jurou cumprir a Carta, mas em 1828 usurpou o trono e instaurou um regime absolutista;
- O texto denuncia a dissolução da Câmara dos Deputados e a perseguição aos apoiantes de D. Pedro como sinais do fim do governo representativo;
- A Carta tornou-se símbolo da legalidade liberal e da legitimidade de D. Pedro como rei constitucional;
- A guerra civil entre liberais e absolutistas (1828–1834) teve como causa central a defesa ou rejeição da Carta Constitucional;
- A vitória liberal em 1834 permitiu a restauração da Carta como fundamento do regime político português;

TAREFA 5

➤ Tópicos possíveis de resposta:

- A Constituição de 1822 foi elaborada pelas Cortes Constituintes após a Revolução Liberal de 1820, num contexto de forte influência do liberalismo radical;
- A Carta Constitucional de 1826 foi outorgada por D. Pedro IV, num contexto de tentativa de compromisso entre o liberalismo e a monarquia mais conservadora;
- A Constituição de 1822 estabelecia uma monarquia constitucional com forte supremacia do poder legislativo sobre o executivo;
- A Carta Constitucional de 1826 previa uma monarquia constitucional moderada, com equilíbrio entre os poderes e maior reforço da autoridade do rei (poder moderador);
- A Constituição de 1822 previa um parlamento unicameral (Cortes), eleito por sufrágio censitário, com amplos poderes legislativos;
- A Carta Constitucional de 1826 instituiu um parlamento bicameral, composto pela Câmara dos Deputados (eleita) e pela Câmara dos Pares (nomeada pelo rei);
- A Constituição de 1822 limitava fortemente os poderes do rei, que não podia vetar leis, nem dissolver as Cortes;
- A Carta Constitucional de 1826 atribuía ao rei o poder de veto, de dissolução da Câmara dos Deputados e de nomeação dos pares do reino;
- Ambos os documentos procuravam substituir o absolutismo por um regime constitucional, mas com diferentes graus de limitação do poder real.



O QUE APRENDI?

És capaz de...

- compreender as causas da Revolução Liberal de 1820?
- problematizar a Revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834)?
- comparar a Constituição de 1822 com a Carta Constitucional de 1826?

Conseguiste realizar as etapas propostas neste guião? Ainda **tens** dúvidas?

Sugestões:

Estuda com um(a) colega.

Analisa as propostas de resolução e, se necessário, **repete** as tarefas.



COMO POSSO COMPLEMENTAR A APRENDIZAGEM?

Videoaulas

[A Implantação do Liberalismo em Portugal. Antecedentes e Conjuntura \(1807-1820\) | Estudo Autónomo](#)



[O Liberalismo – Ideologia e Revolução, modelos e práticas nos séculos XVIII e XIX. A Implantação do Liberalismo em Portugal | Estudo Autónomo](#)



[O Liberalismo – Ideologia e Revolução, modelos e práticas nos séculos XVIII e XIX. As dificuldades da Implantação da ordem liberal em Portugal | Estudo Autónomo](#)



Outros recursos RTP Ensina:



[Mapa das Invasões Francesas](#)



<https://ensina.rtp.pt/artigo/partida-de-d-joao-vi-e-da-corte-para-o-brasil/>

<https://ensina.rtp.pt/artigo/a-independencia-do-brasil/>



[As constituições liberais de 1822 e 1826](#)

